

PORTARIA Nº 001/2026, DE 16 DE JUNHO DE 2026

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE GESTOR
E FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JAGUARIBE-CE, **Sra. Polyane Alves de Araújo Diógenes**, considerando as disposições da Lei 14.133/2021, que dispõe sobre a gestão e fiscalização das contratações- para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º **Designar** os servidores abaixo relacionados para, em observância ao disposto no § 3º do art. 7º e art. 117, da Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, para compor a equipe responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização dos Contratos desta secretaria.

- I. Ordenador de Despesas: Polyane Alves de Araújo Diógenes;
- II. Gestor do Contrato: Beatriz de Lima Silva;
- III. Fiscal Titular do Contrato: José Nagibe Pontes Neto (Contratos em Geral, Consumo e Permanente);
- IV. Fiscal Titular do Contrato: Rodrigo Pinheiro Peixoto (Abastecimento);
- V. Fiscal Titular do Contrato: Marcos Vinicius Nogueira Pinheiro (Manutenção);
- VI. Documento de Formalização de Demanda (DFD): Kilvia Nogueira Pinheiro;
- VII. Estudo Técnico Preliminar (ETP):

- **Comissão Geral**

Cibelly Souza Dourado (Presidente);
Luiz Almiro da Silva Neto;
Kilvia Nogueira Pinheiro.

Art. 2º. A responsabilidade de acompanhamento e fiscalização contratual se inicia conforme esta Portaria de Designação e se encerra após o final da vigência do ajuste, com a quitação definitiva das obrigações das partes contratantes.

§ 1º- Na hipótese de haver prorrogações do contrato, as competências do Gestor e Fiscais designados serão mantidas, ressalvado o caso de dispensa ou exoneração com nomeação de novo Gestor e Fiscais.

Art. 3º. Responsabiliza-se o Gestor de Contrato pelas providências necessárias à substituição formal dos fiscais, tão logo se tenha conhecimento de fato, presente ou futuro, suficiente para impedi-los de continuarem exercendo suas atribuições.

Art. 4º. Compete ao servidor designado como fiscal, fiscalizar a execução do objeto contratado, relatando ao Gestor os incidentes contratuais para que tome as providências cabíveis, além das atribuições legais a ele inerentes.

Parágrafo único. As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal de Contrato e apresentarem risco potencial de prejuízos à administração deverão ser levadas ao Gestor e deste encaminhadas à autoridade máxima do órgão ou unidade a que pertença.

Art. 5º. A realização do estudo técnico preliminar se mostra facultado nas hipóteses do art. 75, incisos I, II, VII e VIII da referida Lei (dispensa de licitação por valor, dispensa por situação de guerra ou grave perturbação da ordem, dispensa por emergência ou calamidade pública), bem como no caso de contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jaguaribe-CE, 16 de junho de 2026.

POLYANE ALVES DE ARAUJO DIOGENES
SECRETÁRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL